



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR : TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
TIPO : AGRADO DE INSTRUMENTO
PROCESSO nºs: 181860-6
COMARCA : CAETÉS/PE - VARA ÚNICA
AGRAVANTES (S) : VERA LÚCIA QUITÉRIA DE VASCONCELOS
AGRAVADOS (S) : JOSÉ GONÇALVES DA SILVA
RELATOR : Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

5728
EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - AGRADO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - DECISÃO DE 1º GRAU QUE DEFERIU A LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - DESCABIMENTO - NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS EXIGIDOS À CONCESSÃO DA ORDEM DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE "INAUDITA ALTERA PARS", CONSOANTE PREVÊ O ART. 927 DO ESTATUTO PROCESSUAL CIVIL - NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL - MODIFICAÇÃO DA DECISÃO DE 1º GRAU QUE SE IMPÕE - À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO AGRADO DE INSTRUMENTO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Agravo de Instrumento** nº 181860-6, interposto por **VERA LÚCIA QUITÉRIA DE VASCONCELOS** em face de **JOSÉ GONÇALVES DA SILVA**, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Tercelra Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**, à unanimidade de votos, em **DAR PROVIMENTO ao Recurso de Agravo de Instrumento**, nos termos do voto do Relator, determinando a sua remessa ao juízo de primeiro grau.

Recife 20 de 5 de 2018


Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO
Relator



143
50

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

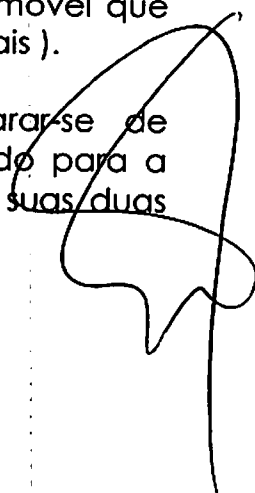
ÓRGÃO JULGADOR : **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO : **AGRAVO DE INSTRUMENTO**
PROCESSO nºs: **181860-6**
COMARCA : **CAETÉS/PE – VARA ÚNICA**
AGRAVANTES (S) : **VERA LÚCIA QUITÉRIA DE VASCONCELOS**
AGRAVADOS (S) : **JOSÉ GONÇALVES DA SILVA**
RELATOR : **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

RELATÓRIO

VERA LÚCIA QUITÉRIA DE VASCONCELOS, já devidamente qualificada nos autos, por meio de seus advogados legalmente habilitados, interpôs o presente **AGRAVO DE INSTRUMENTO**, desafiando decisão proferida pelo MM. Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Caetés/PE, que nos autos da Ação de Reintegração de Posse, tombada sob o nº 884/08, que lhe é movida por **JOSÉ GONÇALVES DA SILVA**, entendeu por deferir o pedido liminar, no sentido de reintegrar o Agravado na posse do imóvel, no prazo de 15 (quinze) dias.

Em defesa de sua pretensão, alega a Agravante que reside na casa que o seu sogro deu verbalmente ao seu ex-marido, desde o ano de 2005 a esta parte, sem qualquer oposição, tendo, inclusive, implementado benfeitorias no imóvel que orçam aproximadamente o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Sucede que, veio a separar-se de seu marido há poucos meses, tendo o mesmo se mudado para a cidade de São Paulo/SP, deixando consigo a guarda de suas duas filhas menores que residem igualmente no imóvel.



144
51

Que, infelizmente veio a surpreender-se com a ordem liminar de reintegração de posse em seu desfavor, não sendo levado em consideração que está no imóvel desde o ano de 2005 até os presentes dias, bem como que implementou diversas benfeitorias no bem imóvel, que deveriam ser alvo de uma instrução processual.

Ressaltou o perigo de lesão grave e de difícil reparação a que estava sujeita, caso não fosse modificada a decisão de 1º grau, uma vez que ela, bem como suas filhas menores não têm para onde ir, notadamente quando foram abandonas pelo seu ex-marido.

Requeru a concessão de liminar recursal, com vistas a sobrestar a reintegração de posse.

Às fls. 39/41 dos autos, concedi a tutela liminar, para determinar a suspensão da decisão de 1º grau, até ulterior deliberação.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 12 de 5 de 2010.


SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO
Des. Relator



145

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR : **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO : **AGRAVO DE INSTRUMENTO**
PROCESSO nºs: **181860-6**
COMARCA : **CAETÉS/PE - VARA ÚNICA**
AGRAVANTES (S) : **VERA LÚCIA QUITÉRIA DE VASCONCELOS**
AGRAVADOS (S) : **JOSÉ GONÇALVES DA SILVA**
RELATOR : **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

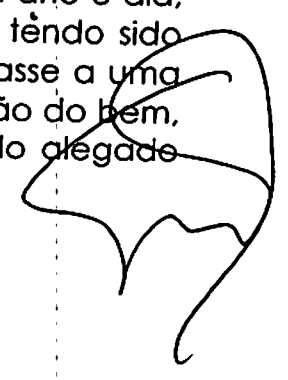
VOTO DO RELATOR

Cuidam os presentes autos de Recurso de Agravo de Instrumento, cuja questão é decorrente de decisão proferida em sede de Ação de Reintegração de Posse, donde o MM. Juiz "a quo" houve por deferir a liminar de reintegração de posse em favor da parte Agravada.

O cerne da discussão é a posse de um imóvel que seria de propriedade da parte Agravada, que cedera gratuitamente o imóvel ao seu filho e a sua nora para morarem, desde o ano de 2005, até a presente data.

Como fiz questão de frisar anteriormente, concedi a liminar recursal, pois entendi que se afiguravam presentes os pressupostos necessários à concessão do provimento liminar recursal exigidos no art. 558 do Estatuto de Rito, notadamente quando a Agravante reside no imóvel com duas crianças menores, que, por sinal, são netas do Agravado.

Nesse sentido, destaco, de logo, que a posse da Agravante, além de contar com prazo superior a ano e dia, sempre foi exercida de modo pacífico e de boa-fé, não tendo sido trazido à colação, qualquer documento que se assemelhasse a uma notificação premonitória, no sentido de solicitar a devolução do bem, assim como não foi juntado aos autos, nenhuma prova do alegado esbulho.



146.

O nosso Estatuto de Rito, quanto trata dos interditos possessórios, em seu sentido *latu sensu*, dispõe no Art. 927 :

Art. 927 – Incumbe ao autor provar :

I – a sua posse

II – a **turbação ou o esbulho praticado pelo réu**

III – a **data da turbação ou do esbulho**

IV – a **continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção, a perda da posse, na ação de reintegração.**

Do exame do caso trazido à colação, penso que a decisão proferida pelo MM. Juiz "a quo" não se houve em acerto, dê-se que deixou de fazer uma aplicação correta da normas possessórias acima descritas, tendo em vista que a demanda não logrou êxito em apresentar tais provas, sendo assim incabível a concessão do provimento liminar reintegratório.

Ademais, considerando que a posse da Suplicada, aqui Agravante, nunca esteve sob a áurea da chamada posse injusta e de má-fé, necessária uma melhor instrução processual, mormente quando há também de ser observadas as benfeitorias que foram no imóvel implementadas.

Com essas considerações, voto no sentido de **DAR PROVIMENTO** ao presente Agravo de Instrumento, para cassar definitivamente a ordem de reintegração de posse do imóvel em questão.

É como voto.

Recife, 20 de 5 de 2010.


SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO
Des. Relator